

AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT.

**HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.743.288/0001-08, sediada à Rua 104, n.º 74, Setor Sul, Goiânia, Estado de Goiás, CEP: 74.083-300, vem, com fundamentos da legislação de licitações e no edital do pregão de n.º 17/2022 do Município de Várzea Grande, interpor

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão de desclassificação da **HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, desclassificada indevidamente para o item 22 – Ecografo tipo ultrassom, mediante os termos e condições a seguir aduzidos.

#### **I. BREVE RESUMO DA LIDE**

Trata o presente de recurso administrativo interposto nos autos do Pregão Eletrônico **17/2022** promovido pelo Município de Várzea Grande, a fim de demonstrar as graves ilegalidades constantes na classificação do certame, o que será realizado através de argumentações técnicas e embasamentos válidos.

#### **II. DAS RAZÕES RECURSAIS**

**ILEGALIDADE NA DESCLASSIFICAÇÃO DA HOSPCOM – AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO VÁLIDA NA DESCLASSIFICAÇÃO**

O presente recurso trata sobre a necessidade de revisão da ordem de classificação do item 22 – ecografo tipo ultrassom do pregão de n.º 17/2022 promovido pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT.

Importante que se reconheça a ilegalidade na decisão de desclassificação da HOSPCOM do pregão, haja vista os motivos inaplicáveis apresentados pelo órgão para a sua desclassificação:

*"[...] Apesar de garantir assistência técnica, não está evidente que o mesmo será prestado na região de Cuiabá/Varzea Grande, para atendimento dos lotes 3 e 22", não devem ser consideradas como válidas.*

Importante que se reconheça que, em que pese o apontado pelo órgão, quaisquer dúvidas acerca de evidência ou não da prestação de assistência técnica na região de Cuiabá/Varzea Grande devem ser sanadas através de diligências, que é facultado ao órgão fazer, porém se faz necessário prezando a economicidade no processo, já que são pontos subjetivos, passíveis de esclarecimento complementar, visando o atendimento ao interesse público, conforme bem reitera o Tribunal de Contas da União e o Superior Tribunal de Justiça.

Nos ditames do Superior Tribunal de Justiça –REsp 1717180 SP 2017/0285130-0 (STJ):  
*"6. Nos termos do art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, é facultado à comissão licitatória, em qualquer fase, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao edital."*

A lei de licitações também prevê em seu art. 43, a possibilidade de realização de diligências para o fim de sanar dúvidas ou esclarecimentos a fim de que se promova uma licitação com isonomia e respeito aos princípios da administração pública:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Ressalta ainda que neste mesmo processo (PE 17/2022), fomos classificados nos itens de n.º 14 e 16 (Monitor Multiparametro), não sendo aceitável a argumentação de ausência de confirmação de assistência técnica para um item e para outros não.

Além disso, o contrato N. 227/2022 firmado entre o Município de Varzea Grande – MT e a HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, decorreu do pregão de n.º 50/2021 e o objeto foi justamente o fornecimento de equipamentos hospitalares, na qual a HOSPCOM se comprometeu

na realização de entrega, instalação e assistência técnica, não tendo qualquer complicação no cumprimento de suas obrigações.

Todas as informações aqui apontadas podem ser ratificadas através de diligência desta i. comissão de licitação ao órgão detentor do contrato n. 50/2021, bem como através de questionamentos à empresa, tudo amparado pela lei de licitações e pelo entendimento jurisprudencial do STJ e do TCU, conforme bem explanado acima.

Desse modo, ressaltamos que na qualidade de Assistência Técnica autorizada pela empresa fabricante prestaremos a devida assistência técnica para o presente certame por técnicos autorizados e devidamente capacitados, na região de (CUIABÁ E/OU VÁRZEA GRANDE), conforme indicam os manuais de operações e de serviços do fabricante e normas técnicas específicas, a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, enquanto vigorar o período de garantia.

Diante da ausência de cumprimento, a licitante interpõe o presente recurso, nos termos do direito que lhe é concedido pela Constituição Federal e pela lei de licitações.

O art. 5º da Constituição Federal preconiza que:

*“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, **garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, nos termos seguintes:*

***LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;**”*

A Constituição Federal ainda descreve em seu Art. 37, XXI acerca do dever da **Administração Pública obedecer aos princípios da legalidade** – aqui tratado como as normas previstas em edital – e, ainda, aos princípios da moralidade e igualdade de condições a todos os concorrentes.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Outrossim, a Lei de Improbidade Administrativa destaca no seu texto que todos os agentes públicos têm o dever de velar pela observância dos princípios da Administração Pública, *in verbis*:

“Art. 4º - Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** no trato dos assuntos que lhe são afetos.” (Lei n.º 8.429/92).

Dessa forma, diante das graves ilegalidades aqui constatadas, havendo grave desrespeito à legislação e seus princípios legais, a HOSPCOM apresenta suas razões recursais, a fim de que seja a decisão de sua desclassificação revista, em razão do pleno atendimento técnico.

### **III. DO PEDIDO**

Ante o exposto, **REQUER** seja recebido o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** a fim de que seja desclassificada a empresa, haja vista a grave ilegalidade na desclassificação da HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, que cumpre com todos os requisitos do termo de referência e confirma a possibilidade e cumprimento das exigências de prestação de assistência técnica perante a cidade de Várzea Grande - MT.

*Termos em que,  
Pede e espera deferimento.*

Goiânia, 03 de março de 2023.

**HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI**  
**CNPJ sob o n. 05.743.288/0001-08**